



Jornal Notícias

02-09-2013

Periodicidade: Diário

Classe: Informação Geral

Âmbito: Nacional

Tiragem: 110603

Temática: Política

Dimensão: 702

Imagem: S/Cor

Página (s): 1/23

RECLAMA "BOM SENSO" DO TRIBUNAL CONSTITUCIONAL //P.23

PASSOS BATE FORTE E FEIO NOS JUIZES

● **Primeiro-ministro** é inflexível na ideia de que "a fatura salarial do Estado tem de baixar"



Passos critica interpretação que o TC faz da Constituição

● PSD pede “bom senso” na interpretação da lei ● Reformas são para levar por diante

PASSOS COELHO NÃO LARGA JUIZES DO TC

Telma Roque
telma@jn.pt

Não é a Constituição que impede a chamada reforma do Estado social, de que o Governo não abdica, mas a leitura muito à letra da Constituição, sustentou ontem, Passos Coelho, em Castelo de Vide.

Menos conservadorismo, mais “bom senso”, na interpretação da Lei Fundamental. Foi esta a mensagem que o chefe do Governo enviou ao Palácio Ratton, três dias depois de mais um chumbo do Tribunal Constitucional (TC) a um diploma do Governo, desta vez o da requalificação da Função Pública.

O líder do PSD e chefe do Governo, que ontem encerrou a Universidade de Verão

dos social-democratas, em Castelo de Vide, nunca escondeu que veria com bons olhos uma revisão constitucional. Mas, não dispondo no âmbito parlamentar do apoio de que precisa, sublinhou que é possível reformar com o atual quadro constitucional. O “obstáculo” é outro.

“Não foi por causa da Constituição, foi por causa da interpretação que os juizes do TC fazem da Constituição”. E alertou que as reformas são para levar por diante, porque sem elas não será possível concluir com êxito o programa acordado com a troika.

“Os princípios até agora in-

vocados pelos juizes para ‘chumbar’ diplomas do Executivo são princípios inscritos em qualquer Lei Fundamental, como os princípios da liberdade, equidade, proporcionalidade e confiança”.

O desafio de desencadear uma revisão constitucional foi deixado para o líder da JSD, que discursou antes de Passos. Coube a Hugo Soares lançar o repto ao PS: “Queríamos desafiar o doutor António José Seguro a ter a coragem de se sentar à mesa, com as suas diferenças, com as nossas diferenças, para encontrarmos um caminho seguro para fazermos uma revisão constitucional que acautele os direitos da nova geração”.

Já Passos prometeu para breve uma alternativa ao diploma da requalificação – ressaltando que terá “mais custos” – quando sabe que é quase certo que outras leis sejam submetidas ao crivo do TC. É

NÃO CUMPRE E AINDA CRITICA, ACUSA O PS

► “São declarações preocupantes, quer da perspectiva que o primeiro-ministro tem do Estado de direito, quer em termos de opções que vão castigar muito quem muito castigado já tem vindo a ser por este Governo”, disse Basílio Horta, em reação ao discurso de Passos na “Universidade de Verão” do PSD. O deputado socialista acusou o chefe do Governo de não se limitar a não cumprir a Constituição. “Critica asperamente quem a faz cumprir, ou seja os juizes do Tribunal Constitucional” (TC). Na ótica de Basílio Horta, não cabe ao primeiro-ministro fazer análise das decisões do TC, uma vez que “não pode fazer análise

desprendida na posição que ocupa”. Nestas condições, não está a ocorrer “a necessária convivência e respeito recíprocos” entre órgãos de soberania, no caso o Governo e o Tribunal Constitucional, o que “revela pouca preparação democrática do primeiro-ministro e um mau funcionamento das instituições democráticas”. Preocupado com a concessão de Estado Social que imputa a Passos Coelho, Basílio diz que “obviamente” se está a preparar para cortar não apenas nas pensões dos reformados, mas também na saúde. “O Estado Social continua a ser objeto de destruição por parte deste Governo”, concluiu.

o caso da lei das 40 horas para a Função Pública e dos cortes nas pensões. E avisou que a “fatura salarial” não pode continuar a absorver 75% da despesa do Estado.

Passos também fez notar que o Governo parte fragilizado para a 8.ª e 9.ª avaliação da ‘troika’, este mês. A seu ver, será “mais difícil” negociar as condições para a conclusão do programa e o período “pós-troika”.

Do discurso – sem referência a um segundo resgate ou às eleições autárquicas – fica ainda implícita a vontade de explorar eventuais divergências entre os setores público e privado. E a alegada “cristalização dos direitos adquiridos” de uns, quando outros nada têm. “Já alguém se lembrou de perguntar aos mais de 900 mil desempregados no país de que lhes valeu a Constituição até hoje?”, questionou, colhendo aplausos. ●



PE PINTO / GLOBAL IMAGES